

ESPIONAGEM

MAIS UM PASSO

Se for aprovada, sindicância terá 30 dias de prazo para a conclusão

FLÁVIO OLIVEIRA
AGÊNCIAS GLOBO E FOLHA

O recurso do Partido dos Trabalhadores (PT) que pede abertura de investigação contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), suposto mantido da execução de grampos telefônicos ilegais na Bahia, vai ser analisado na próxima reunião do Conselho de Ética do Senado, na tarde de terça-feira. O conselho foi instalado ontem, com a eleição de 30 membros, sendo 15 titulares – mais o coordenador da Casa, atualmente o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e 15 suplentes. O Regimento Interno do Senado determina a convocação para a primeira reunião do conselho só ocorrer 48 horas após a aprovação da sua composição. Apesar da determinação regimental, um acordo de lideranças poderia ter garantido ao conselho se reunisse ontem mesmo, logo após sua instalação. Juvêncio Fonseca (MDB-MS), atual presidente, afirmou que, por questões operacionais, o melhor seria a reunião acontecer na terça-feira. "A instalação do conselho é o último ponto da pauta e ficou no plenário das 10 às 17h", justificou. Antes da análise do requerimento petista, a reunião de terça-feira vai servir para a eleição do presidente e do vice-presidente do conselho. Fonseca teve

seu nome indicado pelo PMDB para ser reconduzido à presidência, mesmo sendo ele alvo de inquérito do Ministério Público Federal, acusado de crime contra o patrimônio público.

O crime foi supostamente praticado quando Fonseca era prefeito de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O nome do vice-presidente ainda não foi definido e depende de acordo entre o PFL e o PT.

O senador peemedebista reafirmou que, para ele, já existem indícios – "desde o surgimento do caso na imprensa" – suficientes para justificar a abertura de sindicância contra Antonio Carlos Magalhães. "Eu não saberia dizer se são indícios suficientes para um processo de cassação, mas, para sindicância, acredito que sim. Mesmo a abertura de sindicância, no entanto, tem de ser aprovada pelo conselho", afirmou.

Caso seja aprovada a investigação, os senadores terão prazo de 30 dias para buscar evidências da participação de Antonio Carlos Magalhães nos grampos telefônicos, o que justificaria a abertura de um processo de cassação.

Painel

A ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a notificação do senador Antonio Carlos Magalhães, do deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF) e da servidora pública Regina Célia Peres Borges, para que apresentem, em 15 dias, defesa no inquérito que investiga a violação do sigilo do painel do Senado na sessão secreta de votação da cassação do mandato do então senador Luiz Estevão, realizada em 28 de junho de 2000. A Procuradoria Geral da República ofereceu parecer pela ratificação da denúncia, tendo em vista a chegada dos autos ao STF, em razão da atual prerrogativa de foro do senador e do denunciado.



Ao lado da advogada, ex-deputado depõe ao delegado Gesival

Benito acusa Borges, Otto e Antonio Carlos

BRASÍLIA (SecurSal) - Os ex-governadores César Borges e Otto Alencar tiveram participação direta no esquema dos grampos na Bahia, embora a responsabilidade principal tenha sido do senador Antonio Carlos Magalhães, sem cujos apoio e aprovação ninguém teria coragem de adotar tal iniciativa. A afirmação foi feita ontem pelo ex-deputado Benito Gama em depoimento de mais de duas horas ao delegado da Polícia Federal Gesival Gomes de Sousa, encarregado da investigação. Benito acrescentou que a ex-secretária Kátia Alves teve igualmente parte ativa no processo, que não poderia ser realizado sem pelo menos a complacência da ex-titular da Secretaria da Segurança Pública.

O ex-deputado depôs ontem, na Polícia Federal, com o líder do PT na Câmara, Nelson Pelegrino, que, conforme adiantara na quarta-feira, citou formalmente o nome do senador Antonio Carlos Magalhães como suposto envolvido nas gravações telefônicas ilegais.

Benito Gama disse ainda em seu depoimento que o senador Antonio Carlos Magalhães Júnior se baseou em dados das escutas telefônicas ilegais apontando irregularidades que teriam sido praticadas pelos adversários políticos de seu pai para fazer requerimentos de informações no Senado sobre os mesmos temas, como no caso de supostas irregularidades na Codevasf.

O ex-deputado entregou ao delegado levantamento sobre todas as gravações efetuadas em seu número telefônico, de sua esposa e filha, além de outros parlamentares da oposição baiana, observando que as denúncias feitas pela revista "IstoÉ" estão corretas ao fazer a ligação entre a escuta ilegal e as notas publicadas no jornal "Correio da Bahia", de propriedade de familiares de Antonio Carlos Magalhães. O ex-deputado citou ainda em seu depoimento os jornalistas Fernando Vita, chefe da assessoria de comunicação do governo estadual, e Demóstenes Teixeira, do "Correio da Bahia".